



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PARECER Nº 429, DE 2014

PROJETO DE LEI Nº 94, DE 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL  
Recebi em 01/09/14  
Kleide S. Mayer  
Diretora de Planário e Apoio às Sessões

Proíbe a fabricação, venda, comercialização e distribuição de armas de brinquedo e réplicas ou simulacros de armas de fogo de qualquer natureza e dá outras providências.

**Autor do Projeto:** Vereador Pedro Maria Martendal de Araújo/PSDB

**Relator:** Vereador Walmir Severgnini/PROS

**Parecer Contrário.**

#### I. DO RELATÓRIO

Foi colocado para apreciação da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, o Projeto de Lei nº 94, de 2014, de autoria do Vereador Pedro Martendal de Araújo/PSDB, o qual quer proibir a fabricação, a venda, a comercialização e a distribuição de armas de fogo de qualquer natureza no Município de Cascavel.

A intenção do Nobre Vereador é salutar, porém, esbarra no livre comércio e na livre concorrência, além de gerar despesas para os cofres públicos, uma vez que o art. 5º determina uma obrigação ao Poder Executivo, que é o de realizar campanhas educativas para esclarecer e difundir o teor da referida Lei. Sendo que o Executivo somente poderá dispor de novas despesas caso seja essa despesa compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual.

#### II - VOTO DO RELATOR

Com base no art. 37, IV do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado Relator da presente proposição, que cumprindo os prazos regimentais, exaro meu parecer.



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

Parecer nº

,de 2014-Pl nº 94/2014-fls. 01.

A competência desta Comissão de Economia, Finanças e Orçamento para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 39, IV, da Resolução nº 4, de 1974, Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel.

A restrição da atuação estatal na esfera privada preconiza os fundamentos da livre iniciativa e da livre concorrência, entendidos respectivamente, segundo o pensamento de Leila Cuéllar, (*As agências reguladoras e seu poder normativo. São Paulo: Dialética, 2001*), como a faculdade de acesso ao mercado, ao exercício das atividades econômicas, sem a necessidade de autorização prévia do poder público, e a possibilidade de conquistar faixas de mercado da forma que for mais conveniente, sempre tendo em vista os limites legais.

Em função do referido preceito, aplicam-se aos Municípios os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

*“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

***IV – livre concorrência***

*(...)*

***Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”***

Os dispositivos constitucionais acima evidenciam dois importantes princípios da ordem e da atividade econômica, consistentes na livre iniciativa e na livre concorrência.

Quanto a despesa pública é nítida o aumento dessas despesas, quando o autor do Projeto define no art. 5º que o Poder Executivo irá criar campanhas educativas com a finalidade de divulgar o assunto tratado no referido Projeto de Lei. Com essa iniciativa, estará se gerando uma nova despesa sem a identificação dos recursos orçamentários e financeiros que irão suportá-las.



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

Parecer nº \_\_\_\_\_, de 2014-Pl nº 94/2014-fls. 02.

Além do mais, não há nenhuma compatibilidade na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual com a nova despesa prevista pelo art. 5º do mencionado projeto, o que podemos considerar uma despesa irregular e não autorizada, ferindo assim o art. 15 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Destarte, considerando que haverá afronta a livre iniciativa e a ordem econômica, bem como irá criar novas despesas para os cofres públicos, no entender deste Relator, está o Anteprojeto de Lei em comento inadequado para deliberação legislativa.


Do exposto relatado, o anteprojeto causará prejuízos a ordem econômica do Município, além de gerar despesas para os cofres públicos, o que sou pelo **Parecer Contrário ao Projeto de Lei nº 94, de 2014.**


Walmir Severgnini  
Relator

### III – PARECER DA COMISSÃO

Em face de todo o exposto e atendendo ao que determina o art. 39 do Regimento Interno da Câmara Municipal, os membros da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, acatam o Voto do Eminente Relator e manifestam pelo Parecer Contrário ao **Projeto de Lei nº 94, de 2014.**

É o Parecer. Sala da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento.  
Cascavel, 27 de agosto de 2014.

  
Claudio Gaiteiro  
Vereador/PSL/Presidente

  
Luiz Frare  
Vereador/PDT/Secretário

Walmir Severgnini  
Vereador/PROS/Membro